o verdadeiro entrave da reunião.

Era possível vislumbrar uma tendência de troca da aceitação de políticas públicas de cunho não comercial pela negação das políticas de apoio às exportações: trocar a mal definida multifuncionalidade pela eliminação dos subsídios à exportação.

Caminhava-se para um avanço mínimo, mas ainda assim maior do que o obtido nos oito anos da Rodada anterior: a retirada do poder destruidor dos subsídios à exportação pelo crescimento das políticas que, em linguagem da rodada Uruguai, incluem-se na caixa verde. Longe de corrigir todos os males, isso no entanto representava algum progresso.

Partidas ganhas

A paralisação de Seattle não elimina o início anteriormente acordado da negociação agrícola. Reduz o ímpeto, porém a cláusula de paz e os acordos regionais em andamento nos garantem espaço na agenda. Diversos pontos das políticas agrícolas dos países desenvolvidos têm dia para terminar sem termos que dar nada em troca. A negociação precisará ser por mais do que o tempo nos reserva.

Seattle também colocou a OMC no foco da opinião pública mundial e finalmente no da brasileira. Ficou mais difícil para o rolo compressor do Norte continuar punindo o Sul. Só temos a ganhar com isso. Seattle pode ter acordado o gigante da agricultura. Brasileiros omissos no passado descobriram o potencial do campo.

Quotas discriminatórias

A carne bovina é um produto com elevada barreira comercial. Além da barreira sanitária, administrada com pouca ou nenhuma transparência, encontramos sempre quotas tarifárias.

Nosso maior mercado, o europeu, é viabilizado através das quotas Hilton e Gatt. A primeira, além de pequena para todos, é ridícula para o Brasil. A segunda, que nos possibilita importante saldo comercial, essencial para o nosso desenvolvimento, é administrada deixando para alguns poucos lobistas e negociantes europeus a nata da receita, através de um sistema colonial de gestão de direitos. Somente os aluguéis das quotas de carne bovina pagariam parte das necessidades sociais do país.

Também nos EUA encontramos grande discriminação. Testemunhamos o importante esforço do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para erradicar a febre aftosa ser tratado com inaceitável lentidão para eventualmente ser contemplado com uma pequena quota.

O protecionismo se infiltra na técnica

Um vírus ou uma mosca parece estar sempre disponível para proteger, quase sempre sem transparência, os mercados dos países ricos, travando a competitividade do nosso desenvolvimento. A maneira com que temas, na teoria técnicos, são tratados caminha para a questão ambiental representando grande perigo.

A questão dos hormônios de crescimento na pecuária deve servir de aviso. Nem dois painéis de arbitragem, dezenas de seminários e conferências nem inúmeros especialistas idôneos conseguiram solucionar uma disputa que confunde técnica, protecionismo comercial, percepção do consumidor e a utopia da verdade cientifica. Fosse o Brasil a favor ou contra, de um lado ou do outro teria perdido antes de começar.

Seattle pode ter contribuído para que se aumente a transparência na atuação da OMC, o que é um importante ganho. Avançamos certamente muito pouco e o risco de retroceder permanece.

Pedro de Camargo Neto *é presidente do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte de São Paulo (Fundepec) e diretor do International Policy Council on Agriculture Food and Trade.*

Além das siglas

O lugar da OMC no comércio internacional está acima de crises e questões pontuais

CELSOAMORIM

Muito já foi dito sobre a atuação e o impacto das ONGs sobre os trabalhos da Conferência Ministerial de Seattle. É provável que, enquanto não houver outro alvo mais representativo da chamada globalização, tenhamos que conviver com as críticas das ONGs (e não apenas delas) à OMC.

Os pingos nos ii

É preciso ressaltar três elementos fundamentais sobre o assunto. O primeiro é que várias das bandeiras defendidas por algumas ONGs com maior veemência – como por exemplo a necessidade de maior transparência nos trabalhos da

OMC e de maior preocupação com o meio ambiente e os padrões trabalhistas – não são novidade. Trata-se de conceitos defendidos por países desenvolvidos em repetidas ocasiões, inclusive na Conferência Ministerial de Marrakesh, que concluiu a Rodada Uruguai.

O segundo é que, freqüentemente, há um considerável grau de desinformação no que é dito e publicado sobre a OMC. No caso da relação entre comércio e meio ambiente, por exemplo, fala-se na tentativa da OMC de impedir os EUA de combater a poluição ou de proteger as tartarugas. Quem leu os relatórios dos painéis sabe que isso não é verdade.

No caso das restrições norte-americanas à gasolina importada, os EUA permitiam que sua indústria produzisse gasolina mais poluente do que a importada. O elemento protecionista da legislação era evidente e foi condenado. O resto da legislação, especificamente ambiental, continua vigente.

Já no famoso caso das redes de pesca de camarão que capturavam tartarugas, o painel limitou-se a sugerir que os EUA recorressem a método menos restritivo para conseguir objetivo ambiental válido, uma vez que a forma como os EUA administravam sua legislação era claramente arbitrária.

O terceiro e último elemento – certamente o mais controverso – diz respeito à representatividade das ONGs.

Inversão perigosa

É inegável que a OMC jamais voltará a ser o que era o Gatt e que as reivindicações da sociedade civil têm que ser crescentemente ouvidas.

As ONGs são instrumentos de que a sociedade dispõe, mas não os únicos e possivelmente não os principais. Em sociedades democráticas, cabe aos governos legitimamente constituídos arbitrarem entre interesses e pressões de origens variadas e determinarem a linha que mais corresponde ao interesse nacional. As ONGs podem e devem ajudar no debate público sobre os temas, mas seria uma inversão perigosa conferir-lhes um papel que cabe aos governos na tomada de decisões.

À luz desses três elementos, parece-me que teremos que encontrar um equilíbrio entre manter a OMC, uma organização intergovernamental, onde os interesses de cada país estão representados por governos, e buscar atender as reivindicações cabíveis de grupos de pressão independentes – sejam empresas, sindicatos ou ONGs –, que desejam ter maior acesso aos trabalhos da OMC. Não devemos ter ilusões porém sobre o fato de que, em se tratando de uma organização que dirime controvérsias comerciais e que combate o protecionismo, sempre haverá descontentes.

Relativizando Seattle

Antes de se imaginar a parálise definitiva da OMC ou uma transformação radical de sua natureza, é preciso inserir a Conferência de Seattle dentro de um quadro mais amplo.

Em cinco anos de existência, a OMC funcionou de forma bastante eficiente, seja nos trabalhos do dia-a-dia, nas discussões e negociações que se realizam no seio dos seus comitês e conselhos, seja durante as duas conferências ministeriais anteriores.

Os múltiplos impasses que inviabilizaram o lançamento da Rodada do Milênio em Seattle foram fonte de inegável frustração, mas o fracasso de Seattle não pode ser interpretado como o colapso da OMC.

Não há dúvida de que a organização atravessa um momento difícil – uma crise de crescimento, poder-se-ia dizer, o que já ficara patente quando da seleção do diretor-geral. Ao Brasil entretanto interessa garantir seu fortalecimento como foro multilateral de comércio.

No caso da relação entre comércio e meio ambiente, por exemplo, fala-se na tentativa da OMC de impedir os EUA de combater a poluição ou de proteger as tartarugas. Quem leu os relatórios dos painéis sabe que isso não é verdade.

Segurança e previsibilidade

Para a política externa brasileira, as opções bilaterais, regionais e multilaterais são complementares e não excludentes ou substitutivas. Precisamos reforçar o diálogo bilateral com nossos principais parceiros, dar continuidade aos processos de integração regional, sobretudo na América do Sul.

Ao mesmo tempo, temos que garantir que os foros multilaterais reforcem a segurança e a previsibilidade no comércio internacional. Não se pode esquecer que nosso comércio exterior é muito diversificado geograficamente – e é bom que assim seja.

Com seus mais de 130 membros, a OMC exerce função que não pode ser substituída por iniciativas bilaterais ou regionais de forma satisfatória. Seu papel em assegurar o primado das regras e do diálogo na resolução de diferenças comerciais e em permitir um alto grau de uniformidade dos instrumentos e padrões que afetam o comércio de forma quase universal continua a ser essencial.

Celso Amorim é embaixador do Brasil em Genebra, Suíça.